

## CONGRESSO

Governo saiu fortalecido ao esvaziar debate da blindagem, com apoio do Centrão; agora, bolsonaristas concentram esforços na anistia

# Derrota na PEC fragiliza oposição

» DANANDRA ROCHA

A oposição no Congresso Nacional sofreu uma derrota significativa nesta semana ao não conseguir avançar com a chamada “PEC da Blindagem”, proposta para ampliar as prerrogativas parlamentares e limitar a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) contra deputados e senadores. A movimentação consolidou a vitória do governo, que contou com a articulação do Centrão para barrar a iniciativa, e deixou expostas fragilidades na estratégia oposicionista.

Apesar do revés, a oposição chegou a emplacar uma vitória simbólica na mesma semana, ao eleger o senador Carlos Viana (Podemos-MG) presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), que apura desvios no INSS. A eleição foi feita em votação secreta, contrariando a indicação do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que havia lançado o senador Omar Aziz (PSD-AM) para o posto com apoio do Palácio do Planalto. O resultado — 17 votos a 14 — foi interpretado como um recado da oposição de que mantém articulação ativa mesmo diante da agenda travada no plenário.

A PEC da Blindagem, relatada por Lafayette de Andrada (Republicanos-MG), previa que investigações contra parlamentares só poderiam avançar mediante autorização do Legislativo e restringia prisões a casos de crimes inafiançáveis, como racismo ou tráfico de drogas. Apesar do empenho inicial do PL, maior bancada da Câmara, o partido recuou após desgaste nas redes sociais e críticas da imprensa.

O líder do PL, deputado Sôstenes Cavalcante (RI), admitiu a mudança de rota: “Se algum outro partido quiser levar o tema adiante, vamos ser coadjuvantes. Não vou ficar me sacrificando em detrimento de alguns que não querem. Esse é um

benefício para todos, mas muitos preferem acovardar-se”, afirmou em entrevista à *GloboNews* na última quinta-feira.

## Anistia

Sem a blindagem, a aposta da oposição agora é concentrar esforços na anistia aos condenados pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. A movimentação ocorre às vésperas do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no STF, marcado para começar amanhã.

Na avaliação de governistas, trata-se de uma “manobra desesperada”. O deputado Reginaldo Veras (PV-DF) foi direto: “A extrema-direita não tem pauta para o país, só insiste nessa história de anistia. O ex-presidente será julgado e certamente será preso. As provas são irrefutáveis”. Para ele, a PEC da Blindagem era apenas um instrumento para abrir espaço a uma agenda de impunidade: “Imagina eu, criminoso, só poder ser investigado se eu mesmo autorizar. A lógica era essa”, disse em entrevista ao *Correio*.

A deputada Maria do Rosário (PT-RS) também avalia que a derrota da blindagem freou as tentativas de criar um ambiente de proteção para parlamentares alinhados a Bolsonaro: “Era uma proposta casuística, que isola o Congresso da sociedade. [...] Se fosse aprovada, criaria uma aura de impunidade para parlamentares envolvidos até no motim que ocupou a Mesa da Câmara. Felizmente não prosperou”, afirmou.

O episódio da ocupação da Mesa Diretora da Câmara, liderada por parlamentares bolsonaristas após a prisão domiciliar de Bolsonaro, deixou o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), numa posição delicada. Inicialmente visto nos bastidores como “fragilizado”, ele tenta agora recompor sua autoridade diante do Planalto e da oposição.

José Cruz/Agência Brasil



Motta sob pressão: episódio da ocupação da Mesa Diretora da Câmara, após a prisão domiciliar de Bolsonaro, estremeceu relação

Veras acredita que o parlamentar aprendeu com o episódio: “Num primeiro momento, ele mostrou fragilidade, mas depois firmeza. Se abrir a sessão para essas pautas, corre o risco de ser presidente apenas no nome, sem comando real”, disse.

Na visão da oposição, porém, Motta estaria cedendo a pressões externas. O deputado Alberto Fraga (PL-DF) avaliou ao *Correio* a postura do presidente da Câmara: “Na minha opinião, ele está sendo chantageado pelo governo. (...) A pauta das prerrogativas reforça apenas o que já está na Constituição, mas o STF vem ignorando. Essa PEC é necessária”.

## Desgaste

Enquanto a base governista vê a derrota da blindagem como definitiva, a oposição insiste que o tema pode voltar. Fraga sustenta que a PEC das prerrogativas ainda pode

prosperar. “Eu acredito que o Hugo vai colocar em pauta. A do foro é mais difícil, mas a das prerrogativas precisa avançar”, declarou.

Maria do Rosário, por sua vez, avalia que a resistência da sociedade tornou o retorno improvável: “Na medida em que não conseguiram pautar naquele dia, dificilmente voltará. Agora o foco será o julgamento do Bolsonaro”.

Nos bastidores, analistas também veem desgaste tanto para Motta quanto para a oposição. Rudá Ricci, sociólogo e cientista político da Universidade Estadual de Campina Grande, diz que a blindagem era tratada como parte de um percurso até o benefício ao ex-presidente: “A extrema-direita via na PEC uma trilha para chegar à anistia. (...) Com o adiamento, eles foram obrigados a se expor e propor diretamente a anistia, o que aumenta o desgaste político”.

Ricci também aponta a dificuldade de

Motta em se firmar: “Ele oscila entre dar sinais ao governo e à oposição. Isso revela perda de autoridade. No fim, quem mantém ascendência real sobre a Câmara é Arthur Lira (PP-AL), não Hugo Motta”.

Com o recuo da blindagem e a dificuldade da oposição em articular apoio amplo, o governo saiu fortalecido. Nos bastidores, a avaliação é de que o resultado demonstrou o isolamento dos bolsonaristas e a capacidade de articulação do Centrão a favor da governabilidade.

Ainda assim, a próxima semana promete tensão. A oposição deve insistir em colocar a anistia em pauta, mesmo com baixa chance de avanço. Para os governistas, será mais um round de confronto simbólico. “Eles estão no desespero. Não têm projeto para o país, só tentam proteger o ex-presidente. Mas a sociedade não vai engolir isso”, resume o deputado Reginaldo Veras.

## Agenda da semana tem isenção do IR e reforma administrativa

» FERNANDA STRICKLAND

Reforma administrativa, isenção do Imposto de Renda e novo Código Eleitoral: três temas de grande impacto devem dominar a agenda do Congresso nesta semana. Deputados e senadores se mobilizam para avançar nas propostas, ao mesmo tempo em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reforça a defesa de sua política tributária.

Na Câmara dos Deputados, o destaque será a comissão-geral marcada para a próxima quarta-feira, quando parlamentares vão discutir a reforma administrativa. O presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou a data e defendeu que o tema não pode mais ser adiado, classificando-o como “a espinha dorsal da República” e essencial para garantir eficiência e justiça no serviço público.

“É claro que não vamos fazer uma reforma administrativa agradando a todos, para rever eficiência do Estado é preciso tomar uma medida que desagrade a um ao outro”, disse ele. Para o presidente da Câmara, “há certo sentimento de que chegou a hora de o Congresso se posicionar de como podemos entregar à população que mais precisa serviços de qualidade, combater o desperdício e ter mais eficiência na prestação do serviço público”.

O relator da proposta, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), avalia três caminhos legislativos: uma proposta de emenda à Constituição (PEC), um projeto de lei complementar e um projeto de lei ordinária. Entre os principais pontos em discussão estão o fim das férias de 60 dias em determinadas carreiras, a definição de tabela de remuneração e regras para verbas indenizatórias, além da criação de critérios de avaliação de desempenho e bônus. O texto ainda passará por uma comissão especial antes de ser levado ao plenário.

Outro tema em pauta é a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem recebe

até R\$ 5 mil mensais, cujo mérito deve ser votado após reunião de líderes. O projeto prevê, também, redução parcial da cobrança para salários entre R\$ 5 mil e R\$ 7.350, e uma nova alíquota progressiva de até 10% para rendimentos acima de R\$ 50 mil. O relator é o deputado Arthur Lira (PP-AL).

Segundo o diretor de auditoria interna e assuntos regulatórios da Contabilizei, Diego Zacarias Santos, “o projeto atualiza a tabela do IR com base em critérios de correção monetária e amplia a isenção para uma faixa de renda que, até então, estava sujeita à tributação e era considerada baixa para o custo de vida nas grandes cidades”. Zacarias explica ainda que, a ampliação da faixa de transição evita saltos abruptos na tributação, permitindo um ajuste gradual do imposto à medida que a renda do contribuinte aumenta.

A estimativa é que a ampliação da faixa de desconto beneficie cerca de 500 mil contribuintes. “Do ponto de vista técnico, a extensão da faixa de desconto permite atender a um número maior de contribuintes que estão na fronteira entre a isenção e a tributação. Isso reduz distorções e torna a tabela mais compatível com a evolução de renda”, comenta o diretor Diego Zacarias.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a defender, na última semana, a tributação sobre grandes fortunas e a isenção do IR para rendimentos de até R\$ 5 mil, ressaltando que “ricos não querem pagar Imposto de Renda, mas não ter que pagar”. Ele afirmou que a proposta deve ser votada nesta semana, incluindo a taxação de pessoas que recebem mais de R\$ 1 milhão por ano, com alíquota de 10%.

O petista também destacou a aprovação da reforma tributária, que entrará em vigor em 2027, classificando-a como “possivelmente a mais moderna de qualquer país do mundo”. Segundo Lula, a mudança permitirá crescimento econômico médio superior a 12% ao ano, com base em projeções

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Há certo sentimento de que chegou a hora de o Congresso se posicionar de como podemos entregar à população que mais precisa serviços de qualidade, combater o desperdício e ter mais eficiência na prestação do serviço público”

**Hugo Motta (Republicanos-PB), presidente da Câmara**

de institutos de pesquisa e do vice-presidente Geraldo Alckmin.

O presidente ressaltou ainda o esforço de articulação política para aprovar projetos no Congresso, lembrando que

governa com base parlamentar reduzida. “Sou agradecido porque aprovamos 99% do que queríamos, inclusive, algo inédito neste país: uma reforma tributária”, afirmou em entrevista à *Record MG*.

## Código Eleitoral

No Senado, a expectativa é pela votação em plenário do novo Código Eleitoral, já aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça. O ponto mais polêmico é a volta do voto impresso, medida anteriormente considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A proposta prevê que cada urna imprima o registro do voto, que seria depositado em recipiente lacrado após conferência pelo eleitor.

Entre os pontos centrais, a proposta cria uma quarentena obrigatória para que militares e magistrados possam disputar cargos eletivos, além de instituir a reserva de 20% das cadeiras do Legislativo para mulheres. Também estão previstas restrições ao uso de inteligência artificial em campanhas, com o objetivo de evitar manipulações digitais.

Para conquistar apoio da oposição, o

relator Marcelo Castro (MDB-PI) retirou trechos que ampliavam penas para a disseminação de notícias falsas, mas manteve as punições já previstas na legislação. Ainda assim, a bancada opositora conseguiu incluir, por 14 votos a 12, a exigência de impressão do comprovante do voto eletrônico, medida antes rejeitada pelo relator. Pela proposta, a implantação será obrigatória já na eleição seguinte à sanção do novo código.

O texto também altera prazos de ineligibilidade para políticos condenados em determinados crimes. Críticos apontam que essa mudança pode enfraquecer a Lei da Ficha Limpa, criada para restringir a participação eleitoral de candidatos com histórico de condenações judiciais.

Os parlamentares aprovaram requerimento de urgência para acelerar a tramitação. Uma versão anterior já havia sido aprovada pela Câmara em 2021, mas caso haja alterações, os deputados precisarão reavaliar a matéria.

Para que as novas regras tenham validade nas eleições de 2026, o Congresso precisa concluir a votação da proposta até outubro deste ano. **(colaborou Alícia Bernardes)**